



Volume 14, jan./dez. 2025  
ISSN: 2317-0352



ARTIGO

Recebido em: 04/02/25  
Aprovado em: 30/05/25  
Publicado em: 08/06/25  
e-Location: e-1511

Editores:  
César Alessandro Sagrillo  
Figueiredo  
Cristiano das Neves Bodart



## Professor Joviniano Soares de Carvalho Neto: um pensador de muitos tempos

### Professor Joviniano Soares de Carvalho Neto: A Thinker of Many Times

*Gabriela Machado Bacelar Rodrigues*

 <https://orcid.org/0000-0002-5242-9621>

Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: [alafiagabrielabacelar@gmail.com](mailto:alafiagabrielabacelar@gmail.com)

#### Resumo

Este artigo examina a trajetória de Joviniano Soares de Carvalho Neto, destacando sua atuação como sociólogo, advogado e militante dos Direitos Humanos no Brasil. A partir do método da história de vida, embasado em entrevistas e pesquisa documental, analisa-se sua formação intelectual, sua participação na luta pela anistia durante a Ditadura Militar e seu papel na construção de um pensamento sociológico engajado. Como presidente do Grupo Tortura Nunca Mais – Bahia e ex-presidente da Comissão Estadual da Verdade, sua atuação demonstra o entrelaçamento entre conhecimento acadêmico e ativismo político. Menciona-se ainda sua produção bibliográfica, que reflete um compromisso contínuo com a justiça social e a memória. Conclui-se que sua trajetória evidencia a relevância dos sociólogos no fortalecimento das lutas democráticas, bem como a importância do conhecimento acadêmico como ferramenta para a transformação social.

**Palavras-chaves:** Sociologia; Direitos Humanos; História de Vida; Ditadura Militar.

#### Abstract

This article examines the trajectory of Joviniano Soares de Carvalho Neto, highlighting his work as a sociologist, lawyer, and human rights activist in Brazil. Using the life history method, based on interviews and documentary research, it analyzes his intellectual formation, his participation in the struggle for amnesty during the Military Dictatorship, and his role in the construction of an engaged sociological thought. As president of the Torture Never Again Group - Bahia and former president of the State Truth Commission, his work demonstrates the intertwining between academic knowledge and political activism. It also mentions his bibliographic production, which reflects a continuous commitment to social justice and memory. It concludes that his trajectory evidences the relevance of sociologists in strengthening democratic struggles, as well as the importance of academic knowledge as a tool for social transformation.

**Keywords:** Sociology; Human Rights; Life History; Military Dictatorship.



## INTRODUÇÃO

Quando se trata do método da história de vida, o Tempo se impõe como questão central. Fala-se sobre a reconfiguração do sentido em função do tempo presente, ou da “evolução da pessoa no tempo” (Bosi, 1993). Tempo como cultura e tempo como alteridade. Falar de Joviniano como um pensador de muitos tempos é uma referência à cronologia histórica de alguém que testemunhou e atuou na transformação de cada presente em um futuro melhor; é ainda considerar temporalidades na diversidade temática da sua ampla produção bibliográfica; e do que é ser, em um só Tempo, pai, avô, marido, religioso, pesquisador, ativista político e intelectual. À primeira vista, Joviniano é um intelectual à moda antiga, mas de outro ponto de vista, é o professor aposentado que deu a uma jovem estudante de graduação um livro sobre a sociologia no Ensino Médio, já que ela se tornaria professora, e, aproveitando a oportunidade, deu também um livro velhinho, de 1973, escrito por Editha Hearn, de título “Você é tão jovem quanto a sua espinha”, porque ela estava reclamando de dor na coluna. Essa estudante jamais esquecerá das expressões grandiosas daquela alma – ou consciência, como queira chamar.

Joviniano sempre esteve com um pé no Tempo que se atualiza na realidade concreta, e o outro no Tempo que se bifurca como possibilidade, terreno das filosofias e das utopias, (contra)temporalização dos sonhadores, de quem acredita. Nas palavras do próprio Joviniano, no prólogo de um artigo sobre suas memórias para a Fundação Perseu Abramo<sup>1</sup>:

A experiência de ajudar a fazer e acelerar a história do Brasil contra a resistência dos que pretendiam limitar e amesquinhar a democratização. A vivência de uma compreensão e solidariedade, acima das divergências políticas e ideológicas, com todos os combatentes contra a Ditadura Militar e com as vítimas da repressão, muitas vezes eles próprios, outras os seus familiares. A progressiva certeza de que ajudava a abrir nova fase da luta pelos direitos humanos, não só nas esquerdas, mas no Brasil. A memória de uma série de momentos inesquecíveis. Estas as lições da minha participação no movimento da Anistia como Presidente do CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia, membro da Coordenação Nacional dos Movimentos de Anistia e Presidente do CADH – Comitê de Anistia e Direitos Humanos. Destas lições, mais ou menos no espaço que me foi solicitado, darei breve notícia (Carvalho Neto, 2006).

Joviniano é sociólogo e advogado, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais Bahia (GTNM)<sup>2</sup>, professor aposentado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), membro da Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia (ASEB) e do Sindicato dos Sociólogos do Estado da Bahia (SINSEB). Como uma figura pública, intelectual e defensor dos Direitos

<sup>1</sup>Disponível em <https://fpabramo.org.br/2006/04/23/joviniano-neto-anistia-licoas-e-lembrancas/>. Acesso em: 04/02/2025.

<sup>2</sup> Organização não governamental de defesa dos Direitos Humanos, criado em 05 de setembro de 1995.



Humanos, cuja atividade política desenvolve desde seu ensino secundário, e mais notoriamente, desde a Ditadura Militar, sua trajetória congrega muitas perspectivas a partir das quais podemos pensar o campo de atuação do sociólogo na Bahia, as possibilidades dessa atuação e formação no contexto de autoritarismo militar, e, curiosamente, como o desejo de mudar o mundo, presente em todos os corações dos calouros dos cursos de ciências sociais Brasil afora, também estava nos objetivos desse jovem senhor de 84 anos. Na história de uma personalidade tão fortemente viva no campo político e intelectual, e também afetivo para aqueles que conhecem Joviniano de perto, compreendemos a exata medida do que vem a ser a memória enquanto atividade do espírito, aquela que ultrapassa muitas vezes a ideia de um repositório de lembranças (BOSI, 1993).

Conheci Joviniano há onze anos, quando estava na graduação em Ciências Sociais na UFBA e participava do estágio em sociologia com a Comissão Estadual da Verdade da Bahia (CEV)<sup>3</sup>. Joviniano era o presidente da Comissão, o que levou as nossas relações de trabalho se aproximarem muito, transitando entre os espaços de trabalho da CEV e do Grupo Tortura Nunca Mais Bahia, que ele também presidia. Foi nesse momento que entendi a dimensão do trabalho, devoção e tempo dedicados por Joviniano na defesa dos Direitos Humanos que, ainda com as limitações da idade que avança, se faz por meio de uma agenda lotada de compromissos e uma mente afiadíssima para pensar a política, produzir e publicar conhecimento. Não à toa, uma parte das entrevistas foram realizadas nos momentos em que Joviniano estava no Sindicato dos professores das instituições federais de Ensino Superior da Bahia (APUB), a qual é ex-presidente; enquanto resolvia assuntos institucionais.

Neste momento, quero rapidamente contextualizar, do ponto de vista metodológico, os trajetos desse trabalho, cujo foco está nas metodologias de história de vida e entrevista. Quando Florestan Fernandes (1994) recorre às suas memórias para pensar criticamente as Ciências Sociais, ou quando, neste trabalho, utilizo a trajetória de vida de Joviniano Neto como chave de leitura do campo profissional das Ciências Sociais em Salvador, não se trata de buscar a objetividade idealizada pelo positivismo comtiano. Ao contrário, trata-se de reconhecer o lugar da experiência e da memória como dispositivos legítimos e potentes para compreender a constituição histórica e política de um campo de saber. Neste caso, a objetividade provém dos critérios definidos no escopo do trabalho, em relação às questões que o mobilizam (MARTINS, 2004). Claro está que o fazer científico deve estar em consonância com as questões sociais e políticas do nosso tempo.

---

<sup>3</sup> Criada pelo Decreto nº 14.227, de 10 de dezembro de 2012, pelo Governo do Estado da Bahia, com vistas no esclarecimento das violações de Direitos Humanos durante o período da Ditadura Militar no Brasil e na Bahia.



Os laços de amizade que firmei com Joviniano e com Creonice Bomfim dos Santos, secretária do Grupo Tortura Nunca Mais (Bahia) e parceira de trabalho há mais de vinte anos de Jovi, como costuma chamar, me permitiram estar próxima do Grupo. Nice e Joviniano foram bem receptivos à ideia de transpor para o papel, um pouco do que eu aprendi na nossa relação.

Por fim, é importante dizer nessas notas introdutórias, que sigo a orientação metodológica de Bosi (1993), segundo a qual, “seria preciso encontrar uma orientação teórica que ancorasse o fluxo infinito da memória em certos quadros de referências sociais e historicamente determinados que são também campos de significação não estáticos” (p. 280). Na prática isso significou respeitar os parâmetros a partir dos quais essas memórias se revelaram para organizá-las nos tópicos deste texto, afinal, como declara a autora, “se a memória é, não passividade, mas forma organizadora, é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa afetivo e intelectual da sua experiência e da experiência do seu grupo” (Bosi, 1993, p. 283).

## 1 A TRAJETÓRIA DE JOVINIANO E O CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Ao contrário do que se constata a partir da década de 1930 em São Paulo, onde “os cientistas sociais eram atraídos para cargos de jornalistas, ensaístas, críticos, tradutores, revisores e editores” (ANDRADE, 2002, p. 88), em função do papel exercido pelos cursos de ciências sociais como um grande núcleo da produção do conhecimento das humanidades, na UFBA ainda na década de 1960, era o curso de Direito que ocupava esse papel. Na época do vestibular de Joviniano, Direito exportava grandes pensadores, jornalistas, filósofos e artistas para o mundo, a exemplo de Gilberto Gil, Muniz Sodré e João Ubaldo Ribeiro.

Na verdade, você tinha três grandes centros dentro da Universidade Federal da Bahia, três Faculdades que eram centro na Bahia, a Escola de Medicina, da área de saúde, embora dela saísse Antropologia, a exemplo de Thales de Azevedo que era médico em sua formação original; a Escola Politécnica, que pegava toda a área técnica; e a Faculdade de Direito, que pegava uma boa parte das áreas de Ciências Sociais. Filosofia formava professores e tinha alguma coisa de atuação, mas era mais recente (Carvalho Neto, 2018).

Enquanto fazia a graduação em Direito na década de 1960, Joviniano estudou no Instituto de Ciências Sociais da UFBA, hoje extinto - para o professor, os militares consideravam o Instituto subversivo, então usaram o pretexto da Reforma Universitária que, dentre outros objetivos, pretendia desintegrar as faculdades de filosofia e ciências humanas do país. O curso de extensão em ciências sociais deu as bases para que atuasse como pesquisador na área de



Sociologia. “[O Instituto] era uma organização a parte que pretendia fazer uma reflexão, preparar pessoas para atuar na área de Ciências Sociais” (Carvalho Neto, 2018). O Instituto de Ciências Sociais foi implementado na UFBA em 1962 por Thales de Azevedo<sup>4</sup>, e dirigido por ele até 1964, consistia em um curso de especialização<sup>5</sup> que representou um marco no ensino de pós-graduação em ciências sociais no Brasil.

Embora já existisse a graduação em Ciências Sociais na UFBA desde 1941, Joviniano entende que, naquele momento, a graduação era “menor e sem grandes projeções”, o que sugere que, o curso de Direito e o Instituto eram, de fato, os grandes focos do pensamento das ciências humanas e sociais da Universidade. Andrade (2002) também reforça isso quando mostra que “até o início dos anos 1960 a procura pelo Curso de Ciências Sociais era relativamente pequena na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA” (p. 98). Joviniano menciona o Instituto com grandes honrarias, em suas palavras, se tratava de “um curso intensivo, com professores selecionados de todas as partes do Brasil, e ao mesmo tempo as pessoas eram chamadas para pesquisas e atividades” (Carvalho Neto, 2018). O Instituto foi muito importante para sua trajetória profissional:

Eu comecei a trabalhar como sociólogo a partir do curso de Ciências Sociais. Em 1963 quando eu terminei o curso, como eu fui um aluno muito bom, eu fui convidado por alguns professores como Navarro de Brito, pra dar aula na Universidade Católica, onde ele também era professor. Antes de me formar eu já assumi uma disciplina e fui dar aula lá, na área de Ciência Política. Em 1966 o Instituto me contratou para trabalhar - como contratou outra pessoa também, contratou João Saturnino pra ser auxiliar de ensino, e eu fiquei trabalhando com as pesquisas (Carvalho Neto, 2018).

A Universidade Católica do Salvador (UCSal), fundada em 1961, é a segunda instituição de ensino superior da Bahia, sucedendo apenas à Universidade Federal da Bahia (UFBA). Desde sua origem, a UCSal destacou-se por seu compromisso com a formação humanística e a promoção da justiça social, valores alinhados ao ideário cristão que inspirou sua criação. A universidade consolidou-se como um centro de excelência nas Ciências Humanas e Sociais, abrigando cursos pioneiros como os de Serviço Social, Filosofia e Direito. Além disso, a UCSal tem desempenhado um papel significativo no engajamento comunitário, promovendo projetos de extensão e pesquisa voltados para a transformação social e o fortalecimento da cidadania<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Antropólogo baiano que, nas palavras de Joviniano, foi “um dos homens que mais abriu espaço nas Ciências Sociais na Bahia” (CARVALHO NETO, 2018).

<sup>5</sup> Em 1968 o Instituto deu lugar ao Mestrado em Ciências Humanas. Um ano depois, transformou-se em Pós-Graduação em Ciências Sociais (Mestrado e Doutorado) na UFBA.

<sup>6</sup> UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR. *Sobre a UCSal*. Salvador: UCSal. Disponível em: <https://www.ucsal.br/sobre-a-ucsal/>. Acesso em: 3 maio 2025.



A formação no Instituto e o ambiente de aprendizado e trabalho da UCSal, proporcionaram as bases para que Joviniano garantisse sua entrada no mercado de trabalho como sociólogo. A inserção de Joviniano Soares de Carvalho Neto no campo da pesquisa e do planejamento social na Bahia esteve profundamente ligada a instituições estratégicas para o desenvolvimento regional. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959 sob a liderança de Celso Furtado, foi concebida para combater as desigualdades regionais por meio de políticas públicas voltadas ao crescimento econômico e à modernização do Nordeste. Na Bahia, a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (Seplantec), instituída em 1971, desempenhou papel central na formulação de políticas públicas integradas, sendo posteriormente sucedida pela atual Secretaria do Planejamento (Seplan). O Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Bahia (CEPED), fundado em 1970, consolidou-se como um polo de produção de conhecimento aplicado, apoiando governos e empresas com estudos técnicos e soluções para desafios socioeconômicos. A atuação de Joviniano nessas instituições, especialmente no CEPED - onde coordenou projetos e realizou pesquisas de campo - foi também estratégica para que ele, aproveitando a mobilidade nacional exigida pelo trabalho, articulasse uma agenda de mobilização em defesa do reconhecimento da profissão de sociólogo<sup>7</sup>.

Eu fazia estudo de mercado para frutas tropicais, estudo de mercado para produto, teste de produto, então eu tinha ao mesmo tempo uma linha de atuação de estudo na área econômica, mercado, frutas tropicais no Centro Sul, perspectivas econômicas da manga, teste de produtos – aqueles que o CEPED desenvolvia e a gente testava no Brasil, e fui para o Rio Grande do Sul, São Paulo e outros estados, nessas pesquisas (Carvalho Neto, 2018).

Essa mobilização incluiu sua participação ativa na Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia (ASEB), fundada em 1968, que desempenhou um papel importante na luta pelo reconhecimento da profissão de sociólogo e na defesa da sociologia como disciplina escolar. Além disso, sua atuação no Sindicato dos Sociólogos do Estado da Bahia (SINSEB), fundado em 1989, reforçou seu compromisso com a valorização da categoria profissional, contribuindo para a consolidação de uma identidade coletiva dos sociólogos baianos (Carvalho Neto, 2016).

## 2 A ATUAÇÃO POLÍTICA E A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

A atuação em defesa dos direitos humanos é o centro nervoso da história de Joviniano. Sua atividade política teve início ainda na juventude, quando, como estudante secundarista, participou ativamente do Grêmio Estudantil e da Associação Baiana Estudantil Secundarista

<sup>7</sup> Como sabemos, algo que ocorre apenas em 1980 com a Lei nº 6888/80 e o Decreto nº 89531 de 5 de abril de 1984.



(ABES)<sup>8</sup>, experiências que despertaram seu interesse pelas Ciências Sociais. Esse engajamento inicial amadureceu ao longo das décadas seguintes e atravessou diferentes formas de militância. Entre elas, destacam-se suas passagens pelo Movimento Nacionalista Brasileiro<sup>9</sup> e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O primeiro, embora menos documentado, foi um agrupamento político atuante durante o regime militar, com discurso centrado na defesa da soberania nacional e da justiça social, e que, como outros movimentos da época, buscava alternativas democráticas frente ao autoritarismo. Já o MDB, criado em 1966 como partido de oposição consentida à Ditadura, reuniu uma frente ampla de setores democráticos e progressistas e tornou-se uma importante trincheira de resistência institucional. Apesar das limitações impostas pelo regime bipartidário, o MDB teve papel decisivo na redemocratização do país (Pecoraro, 2024).

Em 1978, Joviniano assumiu a presidência do Comitê Brasileiro pela Anistia na Bahia (CBA-BA), uma das seções estaduais da rede nacional de Comitês Brasileiros pela Anistia. Esses comitês foram formados por advogados, familiares de presos políticos e militantes, com o objetivo de coordenar os esforços em prol do movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita dos atingidos pelos atos de exceção praticados pelo regime militar instaurado no país em abril de 1964. Na Bahia, o CBA teve papel fundamental na mobilização da sociedade civil e na organização do I Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia e do II Congresso da Anistia, ambos realizados em Salvador em setembro de 1978, e em 1979, respectivamente (Fundação Getúlio Vargas, 2023). O Encontro resultou na aprovação da "Carta de Salvador", documento que explicitava os objetivos da anistia ampla, geral e irrestrita, e reivindicava liberdades democráticas e reformas políticas (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014).

Com a promulgação da Lei da Anistia em 1979, que apresentou limitações ao excluir certos crimes e anistiar agentes do regime sem responsabilização, o movimento evoluiu para o Comitê de Anistia e Direitos Humanos (CADH) em 1980 (Vieira, 2015). Essa transição refletiu a necessidade de ampliar a atuação para além da anistia, englobando a defesa mais abrangente dos direitos humanos e a busca por justiça para as vítimas da Ditadura.

Em 1995, o CADH foi reorganizado, dando origem ao Grupo Tortura Nunca Mais – Bahia (GTNM-BA), inspirado no movimento nacional surgido no Rio de Janeiro em 1985 (Duccini, 2017). O GTNM-BA consolidou-se como uma entidade de referência na luta pelos direitos humanos, atuando na preservação da memória histórica, na denúncia de violações e na

---

<sup>8</sup> Fundada na década de 1940 na Bahia é filiada à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

<sup>9</sup> “Organização criada em junho de 1957 no Rio de Janeiro, tendo por objetivo mais geral lutar pela independência econômica do Brasil. Liderado por parlamentares, dirigentes estudantis e sindicais”. Disponível em <https://atlas.fgv.br/verbete/6030>. Acesso em: 04/02/2025.



promoção de ações educativas. A liderança de Joviniano nessas entidades projetou seu nome nacionalmente como um destacado defensor dos direitos humanos.

Em 2012, Joviniano assumiu também a presidência da recém-criada Comissão Estadual da Verdade da Bahia, instituída com o objetivo de investigar e tornar públicas as violações de direitos humanos ocorridas no estado durante a Ditadura Militar (1964–1985). A Comissão fez parte do esforço nacional de memória, verdade e justiça iniciado com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em 2011 e instalada pelo Governo Federal em 2012<sup>10</sup>. Esses órgãos buscavam reconstruir a história da repressão política, reconhecer as vítimas e responsabilizar o Estado brasileiro por atos de tortura, desaparecimentos forçados e assassinatos. A atuação de Joviniano foi central nesse processo: além de liderar os trabalhos da Comissão baiana, ele acompanhou de perto as pesquisas, contribuiu para a redação do Relatório Final sobre a Ditadura Militar na Bahia (1964-1984) e promoveu o diálogo com diferentes setores da sociedade. O Relatório, disponibilizado para consulta pública<sup>11</sup>, constitui um marco na historiografia política da Bahia e um instrumento fundamental para a educação em direitos humanos, servindo como referência para escolas, universidades e movimentos sociais. Sua publicação não apenas resgata memórias silenciadas, mas também fortalece os pilares da democracia ao afirmar o direito à verdade e à justiça.

### **3 AS CONTRIBUIÇÕES HISTORIOGRÁFICAS E SOCIOLÓGICAS SOBRE A DITADURA MILITAR E A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS**

Em 2014, Joviniano publicava a obra “A polêmica que a (pena de) morte perdeu: os campos sociais e a cobertura do caso Theodomiro pela imprensa de Salvador” pela Edufba, seu primeiro livro. Nessa obra, o autor analisou um caso emblemático: a condenação à morte de Theodomiro Romeiro dos Santos, militante político durante a Ditadura, a única sentença do tipo proferida desde a Proclamação da República. Através de uma abordagem crítica e bem documentada, Joviniano ilumina os mecanismos de justiça de exceção operados pelo regime, os silenciamentos midiáticos e as mobilizações jurídicas e sociais que lograram reverter a condenação. O livro oferece uma reflexão sobre o autoritarismo jurídico e os limites

---

<sup>10</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: [https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume\\_2\\_digital.pdf](https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_2_digital.pdf) Acesso em: 03 maio 2025.

<sup>11</sup> COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DA BAHIA. Relatório de atividades: resgatando nossa história. Volume 2. Salvador: Comissão Estadual da Verdade da Bahia, 2016. Disponível em: [https://www.dhnet.org.br/verdade/cv/cev\\_ba\\_volume\\_02\\_r\\_2016.pdf](https://www.dhnet.org.br/verdade/cv/cev_ba_volume_02_r_2016.pdf). Acesso em: 03 maio 2025.



institucionais enfrentados pelos opositores do regime, sendo uma referência importante para estudiosos do direito, e das ciências humanas e sociais de forma mais ampla.

Sua produção bibliográfica acerca da Ditadura Militar seguiu com outros lançamentos nos anos de 2018 e 2024, sendo, respectivamente, as obras: “Igrejas e Ditadura Militar na Bahia” pela Editora Sagga e “Apub na Ditadura Militar (a experiência da gestão 1983-1985)”. Sua obra mais recente, “Apub na Ditadura Militar”, é um testemunho direto sobre o papel do movimento sindical docente na redemocratização do país. Baseando-se em arquivos da Apub e na própria experiência como dirigente sindical, Joviniano oferece ao leitor um estudo que é, ao mesmo tempo, documento e análise. A primeira parte do livro reconstrói os desafios enfrentados durante sua gestão no sindicato, enquanto a segunda parte situa essas lutas no contexto mais amplo do Brasil em transição, abordando temas como o fim do bipartidarismo, as mobilizações populares e o autoritarismo regional do carlismo baiano. A obra contribui para o campo da história política e do sindicalismo ao demonstrar como, mesmo sob o peso da repressão, se forjavam práticas democráticas e formas de organização coletiva.

Mas, talvez a obra mais densa e abrangente de Joviniano talvez seja “Igrejas e Ditadura Militar na Bahia” (2018), derivada de sua contribuição à Comissão Estadual da Verdade da Bahia. Neste trabalho, o autor realizou um mapeamento minucioso da atuação das igrejas, a Católica, especialmente, no cenário político baiano durante o regime militar. O livro revela que, embora setores eclesiais inicialmente tenham apoiado o golpe, aos poucos vozes dissonantes emergiram no interior das instituições religiosas, alinhando-se à denúncia das violações de direitos humanos e ao apoio às vítimas da repressão.

A pesquisa cobre desde a atuação dos arcebispos da Arquidiocese de Salvador – como D. Eugênio Sales e D. Avelar Brandão Vilela – até figuras emblemáticas como D. Timóteo Amoroso Anastácio, abade do Mosteiro de São Bento, cuja resistência firme e sensível fez do mosteiro um espaço de abrigo, diálogo e mobilização. Joviniano também recupera episódios pouco estudados, como o “roubo do tesouro do Pilar”, o papel do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social) e o “Caso do Marotinho”, articulando os eventos locais a processos nacionais de repressão e resistência. O livro conforma uma grande contribuição à sociologia da religião, à história das resistências e à antropologia política. Ao documentar e analisar práticas de resistência, Joviniano dá centralidade às ações coletivas e às instituições, como os sindicatos, igrejas, organizações populares, que enfrentaram, por dentro e por fora, as engrenagens do regime militar. Sua obra não apenas reconstrói memórias esquecidas, como também oferece instrumentos para pensar o presente e fortalecer a democracia. Trata-se de uma historiografia



profundamente enraizada na experiência baiana, em diálogo constante com as dinâmicas nacionais e internacionais do período autoritário.

Por essas razões, a produção de Joviniano Soares de Carvalho Neto ocupa um lugar de destaque entre os estudiosos da Ditadura e das lutas democráticas. Ao reunir testemunho, pesquisa e um compromisso profundo e ético com as causas populares, suas obras lançam luz sobre os bastidores da repressão, as brechas encontradas pela resistência e os caminhos possíveis de construção coletiva da liberdade. Como foi largamente demonstrado, Joviniano não é um observador passivo, em depoimento para a série “História de Resistência” do Metrô<sup>12</sup>, ele conta ter perdido empregos e bolsas de estudos sem explicações, além de telefonemas ameaçadores e a constante convocação para depoimentos pela Polícia Federal durante a Ditadura. Mas a perda de amigos como Jorge Leal Gonçalves, que desapareceu nos porões da Ditadura no estado do Rio de Janeiro, é o maior pesar do seu testemunho como sobrevivente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um artigo mencionado nesse trabalho, escrito por Joviniano para uma fundação, o autor elencou alguns momentos memoráveis durante a Ditadura militar na Bahia, e me chamou atenção que, dentre menções de manifestações políticas, condenações e libertações de presos políticos, estava a lembrança da bonita apresentação de Elis Regina em 1978 no teatro do Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA), que alegremente abriu espaço para a manifestação do CBA, em demonstração de apoio e solidariedade às lutas contra a Ditadura Militar.

Joviniano não é só uma referência importante para a sociologia baiana, para a história dos movimentos em defesa dos Direitos Humanos e para a historiografia sobre a Ditadura Militar na Bahia, cuja redação do Relatório Final da CEV, como mencionei anteriormente, foi fundamentalmente escrita com seu próprio punho. Sua história demonstra a superposição de muitos campos intelectuais e políticos que estavam se desenvolvendo mesmo em períodos de repressão. O Instituto de Ciências Sociais, o CEPED, e a Sessão de Sociólogos, por exemplo, foram importantes para a trajetória profissional e acadêmica de muitos cientistas sociais das décadas de 1960 a 1980.

Joviniano é um grande representante da clássica ideia de “imaginação sociológica” que Wright Mills cunhou em 1969, aquela que opera com paciência, cuidado, atenção, e, sobretudo,

---

<sup>12</sup> Disponível em <https://www.metro1.com.br/noticias/bahia/147924,o-que-eu-sofri-foi-tao-menor-diante-do-sofrimento-que-testemunhei-diz-joviniano-neto-baiano-perseguido-pela-ditadura>. (Acesso em 04/02/2025).



criatividade e domínio, um artesanato intelectual. Composição, no sentido musical, que se realiza a partir da articulação entre sua biografia pessoal, o papel das instituições com as quais se relacionou e importantes agentes políticos do seu(s) Tempo(s), tudo isso em função da reflexão e atuação do incansável trabalho que orgulhosamente defende e promove como sociólogo.

## BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Maria Antônia Brandão de. *A inserção dos cientistas sociais no mercado de trabalho da Bahia*. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-graduação em Ciências. UFBA. Salvador, 2002.

CARVALHO NETO, Jovinião Soares de. Sociologia no Ensino Médio: significado e desafios de uma vitória. *Cadernos Do CEAS: Revista crítica de Humanidades*, n. 226, p. 64–70, jun. 2016. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/144>. Acesso em: 08 de jan. 2025.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em Memória Social. *Psicologia USP*. São Paulo, 1993, p. 277-284.

DUCCINI, Felipe Moreira Barboza. *A luta pela anistia na Bahia: do Movimento Feminino pela Anistia ao Comitê Brasileiro pela Anistia (1975 a 1979)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. 217 f. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31926>. Acesso em: 3 maio 2025.

FERNANDES, Florestan. Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/97FbF7S6K8Jwkf4GdKc37Mr/>. Acesso em: 3 maio 2025.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Movimento Democrático Brasileiro (MDB). *Atlas político e eleitoral do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/8765>. Acesso em: 03 maio 2025.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, mai./ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwO6t6Ppp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 maio de 2025.

PECORARO, Tamires Mascarenhas. O MDB na Ditadura Militar: sua formação e (re)estruturação até a vitória eleitoral de 1974. *Revista Historiar*, v. 15, n. 29, p. 116–133, 2024. Disponível em: <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/483>. Acesso em: 04 de maio de 2025.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Lutas pela anistia: histórico. *Comissão da Verdade da PUC-SP*, 2014. Disponível em: <https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/lutas-pela-anistia-historico.html>. Acesso em: 03 maio 2025.

VIEIRA, Cleidson Carlos Santos. *Anistia de 1979 e transição política: dos projetos e campanhas à luta por justiça e reparação às vítimas sergipanas*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015. 113 f. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1386>. Acesso em: 03 maio de 2025.

WRIGHT MILLS, Charles. Apêndice: “Do artesanato intelectual”. In: WRIGHT MILLS, C. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 211-243.